

Recebido em 20/02/2020. Aceito em 29/03/2020.

A FRONTEIRA CULTURAL DO SER SURDO: DIFERENÇA E RESISTÊNCIA EM TEMPOS MODERNOS

THE CULTURAL FRONTIER OF THE DEAF BEING: DIFFERENCE AND RESISTANCE IN MODERN TIMES

Katicilayne Roberta de Alcântara¹

Antônio Firmino de Oliveira Neto²

RESUMO: Este artigo discute a fronteira cultural que perpassa a surdez entendida como diferença, objetivando contribuir com o debate sobre fronteira, diferença e algumas teorias presentes nos Estudos Culturais. Nesse sentido, por meio de ensaio teórico os conceitos apresentados por autores como Pesavento (2002), Strobel (2016), Costa (2010), Skliar (1999), Geertz (2012), Prysthon (2001), entre outros, foram incorporados a discussão. Procurou-se desvincular a ideia da surdez enquanto doença, que precisa de cura, ou seja, entender os surdos como sujeitos que possuem uma língua, identidade e cultura e são protagonistas de sua própria história. Para isso, o artigo foi dividido em três tópicos. O primeiro tópico ajuda na compreensão dos conceitos relacionados às fronteiras presentes na história da educação dos surdos, e como eles eram estereotipados como (a) normais, o segundo tópico apresenta uma discussão teórica decolonial baseada nos Estudos Culturais e na compreensão da diferença surda e, por fim, o terceiro tópico apresenta as formas de comunicação dos sujeitos visuais, enquanto produtores de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Surdo; Diferença; Estudos Culturais; Libras.

ABSTRACT: This article discusses the cultural frontier that permeates deafness understood as difference, aiming to contribute to the debate on frontier, difference and some theories present in Cultural Studies. In this sense, theoretical essay review the concepts presented by authors such as Pesavento (2002), Strobel (2016), Costa (2010), Skliar (1999), Geertz (2012), Prysthon (2001), among others, were incorporated into discussion. Sought to disconnect the idea of deafness as a disease, which needs a cure, that is, to understand the deaf as subjects who have a language, identity and culture and are protagonists of

- 1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana (UFMS). Possui Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Libras pela Universidade Federal da Grande Dourados (2018), Licenciatura em Pedagogia pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (2011) e Especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís (2018).
- 2 Doutor em Geografia, docente da graduação e do Programa de pós-graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

their own history. For this, the article was divided into three topics. The first topic helps to understand the concepts related to borders present in the history of education for the deaf, and as they were stereotyped as abnormal, the second topic presents a decolonial theoretical discussion based on Cultural Studies and the understanding of the deaf difference and finally, the third topic presents the forms of communication of visual subjects, as producers of culture.

KEYWORDS: Frontier; Deaf; Difference; Cultural Studies; Brazilian Sign Language (Libras).

INTRODUÇÃO

Para grande parte dos estudiosos sobre o tema, a fronteira geralmente é discutida com relações aos aspectos físicos e espaciais, mesmo que entendidos por múltiplos sentidos. Contudo, para a discussão aqui proposta, será adotado um significado que transcende aos aspectos meramente geográficos, políticos ou territoriais. Martin (1997) esclarece que a fronteira trás no seu interior o descontentamento, a mudança, o desejo de um determinado grupo em ser diferente do resto do mundo, como “parte distinta, como elemento de um todo maior”. Para isso é necessário pressupor a fronteira como um espaço cultural e social, onde sujeitos de culturas e sociedades diferentes se constroem em suas relações e diferenças.

Pensar em cultura remete a conteúdos plurais, nas relações sociais deles provenientes e como se dão as formas de comunicação entre os sujeitos. É, portanto, com a preocupação em relação as formas de compreensão da surdez enquanto diferença, que este trabalho buscará contribuir com tais debates e as teorias que perpassam os Estudos Culturais.

Os sujeitos surdos, suas famílias, pesquisadores e instituições começaram uma árdua luta na busca por efetivações dos direitos dos surdos. Strobel (2009) afirma que na historicidade da educação de surdos houve o predomínio da oralização, como única forma de possível aprendizagem e integração social. Essa realidade ficou marcada na história da educação de surdos, por considerar que o sujeito surdo possui uma patologia que prejudica na aquisição da linguagem. Portanto, o seu desenvolvimento deve-se pautar na língua oral. Sob esta ótica, médicos, terapeutas, educadores e a própria sociedade, ainda acreditam que, os “gestos” não apresentam o status de língua, muito mesmo atinge a supremacia da língua falada.

É possível perceber que nos processos de relações entre surdos e ouvintes as fronteiras se impõem sob diversas maneiras. Elas estão presentes, tanto nas resistências, quanto nas formas de reconhecimento do outro. Um marco que trouxe visibilidade e garantia de acesso para a comunidade surda brasileira, se deu com a assinatura da Lei da Libras nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e ainda, por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que assegura o uso e a difusão da Libras. Ambos contribuíram para a construção da identidade e cultura dos surdos, permeando ações e envolvendo o modo de comunicação, predominantemente visual, possibilitando a substituição da oralidade como única forma de integração.

A língua de sinais se apresenta como o elemento constituinte da diferença cultural, linguística, social e identitária dos surdos. Os movimentos de lutas políticas, por sua vez, se apresentam em prol do seu reconhecimento, da resistência e da visibilidade dos seus direitos, na busca por afastar a visão construída por séculos de “anormalidade” entre o povo surdo e o ouvinte.

Diante disso, este artigo se apresenta como um ensaio teórico, propondo discutir um olhar epistêmico a partir de autores renomados na área da surdez e dos estudos culturais, onde se objetivam principalmente na decolonialidade, na cultura, nos conceitos relativos às fronteiras que envolvem (ou separam) o surdo e o ouvinte, procurando desfazer diversas epistemes do sujeito surdo enquanto doente, que precisa de cura, ou seja, entendê-lo como sujeito que possui uma língua, uma identidade, uma cultura, e são protagonistas de sua própria história.

Essa ancoragem se faz a partir de periódicos, livros e legislações pertinentes à temática, e que foram discutidas a partir das experiências e inquietações dos autores deste artigo. Para isso, são reforçadas questões históricas e atuais para um novo questionamento ligado à surdez.

Espera-se contribuir com o debate sobre a temática apresentada e, a partir dos autores revisitados, apresentar novos paradigmas e compreensões diante dessa discussão que, por sua vez, se encontra dividida em três tópicos. O primeiro tópico ajuda a compreender conceitos relacionados às fronteiras presentes na história da educação dos surdos e como eram estereotipados como (a) normais, o segundo apresenta uma discussão teórica decolonial baseada nos Estudos Culturais e na compreensão da diferença surda e, por fim, o terceiro tópico apresenta as formas de comunicação dos sujeitos visuais, enquanto produtores de cultura.

COMPREENDENDO A FRONTEIRA NA SURDEZ

Falar de fronteira perpassa a discussão entre limites, demarcações e diferenças. Porém, para Souza (2014, p. 476), ao discutir fronteira é necessário ir além do dicionário ou dos conceitos meramente territoriais geográficos, políticos ou antropológicos e pressupor um espaço cultural e social. Haja vista que, se torna necessário compreender um espaço de sujeitos, sejam individuais ou coletivos, que se constroem em suas relações e diferenças.

As discussões sobre este mote vêm se aprimorando no esclarecimento sobre o espaço da fronteira como meio de inter-relações entre as diferenças territoriais, mas principalmente as diferenças temporais, impostas pela identidade e pelo sentimento de pertencimento a grupos, culturas e sociedades. Para isso, é preciso compreender as fronteiras em diversos aspectos e sentidos. Pesavento (2002, p. 36) destaca que:

[...] as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de território, fixação de uma superfície. [...] Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção sim-

bólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença.

O homem, no seu processo de evolução e desenvolvimento, foi além dos territórios, libertando-o dos limites físicos que o prendiam, ou seja, tornando-se independente dos aspectos meramente naturais do relevo, ao mesmo passo que criava outros elementos limitadores e libertadores, relacionados com a sua condição de ser social. Pesavento (2002, p. 36) argumenta que “a fronteira é um limite sem limites que aponta para um além”, enfatizando o caráter dialético da condição humana.

Analisada por esse prisma, a fronteira possibilitou o contato com o outro, fortalecendo e criando novos sentidos culturais, onde os limites corroboram para a construção de identidades. Lopes (2017, p. 223), aguça a discussão, argumentando que as diferenças podem aprofundar a desigualdade, pois a fronteira pode ser uma escolha ou uma imposição

[...] estar no front é uma alternativa, uma escolha, mas também uma falta de opção, uma violência. Se por um lado, revela uma potência, uma condição de possibilidade, uma vida nova, um devir criança, um devir animal e um devir louco, por outro, evidencia a maneira colonial de tratar essa população em muitos gradientes de normatividade que transforma a condição de diferença numa profunda desigualdade.

As fronteiras que separam os sujeitos, atravessam os produtores de seus discursos. Por vezes elas aparecem, desaparecem, aparecem novamente, tendem a se multiplicar, se disfarçam, mudam de corpo, e se apresentam diante do contato como formas de linguagem. Esses são, para os surdos, os contornos da fronteira imposta pela sua especificidade. Segundo Strobel (2016, p.52) “para o sujeito surdo ter acesso às informações e conhecimentos, e para construir sua identidade, é fundamental criar uma ligação com o povo surdo em que se usa a sua língua em comum: a língua de sinais.”

O fato dos surdos pertencerem à uma sociedade que na sua maioria é composta por pessoas ouvintes, faz com que a língua de sinais, que se caracteriza pela modalidade visual-gestual, acabe se encontrando com as línguas orais que, por sua vez, tem a modalidade oral-auditiva. Por outro lado, o surdo não é o oposto do ouvinte, como esclarece Skliar (1999, p. 22) “[...] são experiências singulares que constituem uma diferença específica.”, que indubitavelmente trazem sinais de segregações, e “negar uma abordagem social, política, histórica e cultural neste território constitui o primeiro nível de discriminação, o mais sutil, sobre o qual depois se tramam todas as demais exclusões de cidadania, linguística, comunitária, etc.” Skliar (1999, p.18). Para entender esse processo é necessária uma breve retrospectiva sobre o seu processo histórico.

O surdo sempre foi marcado no tempo com representações do ser diferente. No período egípcio, segundo Costa (2010, p. 19) “a posição-sujeito ocupada pelo surdo não seria a mesma de um humano, por ele não falar e por ser incapaz de aprender.” Durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média, as ideias em relação ao surdo permeavam a visão aristotélica, considerados não educáveis, anormais, imbecis, como afirma Costa (2010, p. 20) “para Aristóteles, não sendo capaz de falar, o

surdo também não tinha a possibilidade de ser educado, de construir pensamentos ou de expressar seus sentimentos.”

A partir do início do século XVI se iniciam as primeiras discussões sobre as formas e meio pedagógicos de aprendizagem dos surdos. A deficiência passa a ser vista a partir da análise médica e científica. Neste sentido, demonstra Costa (2010, p. 21) “O sujeito surdo passa a ser olhado como apto à linguagem, capaz de comunica-se, de pensar, de expressar sentimentos, um ser moral. Neste período, o foco de ensino/aprendizagem tinha como objetivo a aquisição de conhecimentos e a comunicação com as demais pessoas. O caminho trilhava para a aprendizagem da fala e sua compreensão.

Os primeiros educadores de surdos surgem com a percepção de que o surdo era capaz de pensar e ser ensinado. Pedro Ponce de Leon foi fundador da Escola para Surdos em Madrid, onde “Educou surdos filhos de nobres e os ensinou a falar, ler, escrever e sobre o cristianismo. Trabalhou através da datilologia, escrita e oralização, e fundou uma escola de professores surdos.” (COSTA (2010, p. 22). Posteriormente, a educação de surdos ainda contou com Juan Pablo Bonet, que desenvolveu o ensino de letras associado ao alfabeto manual.

Os surdos ainda enfrentavam dificuldades com relação ao aprendizado da língua oral e da leitura labial, uma vez que, de acordo com o grau de surdez, o acesso aos espaços de aprendizagem e os métodos utilizados naquela época, nem todos tinham a facilidade em aprender.

Foi então que, no século XVII, o abade Charles-Michel de l'Épée se interessou em criar um método de ensino voltado para os surdos, pois para ele, segundo Costa (2010, p. 26) os surdos estavam “[...] reduzidos à condição de animal se não chegassem a ser ensinados e cristianizados para que lhe fosse concedida a condição de humanização.”

O método criado por l'Épée foi chamado de “Sinais Metódicos”, que consistia no ensino misto da língua francesa com a língua de sinais, conhecida na época como gestos. De acordo com Martins e Lisbão (2019, p. 208) “[...] o abade Charles-Michel de l'Épée foi sensível ao perceber nas interações entre surdos que o uso de um sistema gestual funcionava bem para a comunicação.” Ainda segundo os registros, após sua morte foi criada a escola *Institution Nationale des Sourds-Muets*³, em Paris.

Infelizmente os “sinais metódicos” não foi popularmente aceito nas instituições de ensino por resistência e influência da sociedade europeia, por onde o método se difundiu. As pesquisas e os pesquisadores contrários a este método de ensino organizaram um congresso em Milão em 1880, em que se discutiu o melhor método de ensino para surdos. Este evento tornou-se um marco negativo para a história,

3 No ano de 1951 o Instituto foi renomeado para Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES com o surgimento da República e a criação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O uso de gestos na comunicação com surdos foi banido, dando lugar ao que ficou conhecido como método oral puro: o uso exclusivo da fala sem nenhum espaço para gestos [...]. Esse evento é lembrado com grande pesar pelos surdos, pois os educadores surdos que atuavam na proposta gestualista ficaram proibidos de se manterem nessa função [...] o mundo todo adotou o oralismo como referência, e a partir dele criaram-se práticas educacionais. (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 209).

Neste período as escolas passaram a homogeneizar o método, os surdos não tinham lugar de opinião, sua diferença vista como anormalidade, era mascarada na tentativa de obrigarem à falar. Este período ainda durou um século e ficou conhecido como o “holocausto” para os surdos.

Ao explicar a relação entre os gregos e os bárbaros na Grécia antiga, Hartog (2004) permite uma analogia sobre essa relação conflituosa entre surdos e ouvintes, pois se estes últimos detêm a oralidade, tornada padrão na forma de comunicação da sua sociedade, os outros estão fora ou excluídos. Se para os gregos, o homem era um animal político e a pólis lhe dava esta condição, ser um ápolis lhe negava a condição. Na sociedade do ouvinte é a oralidade que lhe permite se incluir na comunicação e quem não a detém está sujeito a ser considerado mais ou menos que os seus detentores:

Entre os gregos e os outros, a nova fronteira é, desde então, antes de tudo política – ensinam as *Histórias*. [...] Desde então estrangeiros à cidade, excluídos desse espaço comum, “fora da cidade” (ápolis), em sentido próprio, o tirano e o rei são, de uma certa maneira, bárbaros, ou se põem do lado do bárbaro. O que será retomado por Aristóteles, no começo de sua política: se o homem é um animal político, quem é por natureza ápolis é ou menos ou mais que homem; [...] fornecem com o par grego/bárbaro, uma visão política da alteridade. (HARTOG, 2004, p. 101 - 102).

A presunção em relação à surdez é problematizada antropologicamente, uma vez que o discurso clínico e da sociedade ouvinte se inclina para a constituição de sujeitos homogêneos, garantidos pela homogeneização na comunicação, e que essa diferença remete à anormalidade, à solidão, ao isolamento e ao silêncio.

No Brasil, de acordo com os registros, a história da educação de surdos ocorre em meados de 1855, com a vinda do professor de surdos E. Huet⁴ ao Rio de Janeiro, sendo francês e surdo, sua vinda ao Brasil se deu por meio de uma carta de recomendação a pedido de D. Pedro II. Desta forma, se “concretiza o desejo de fundar o então denominado Imperial Instituto de Surdos-Mudos.” (COSTA, 2010, p. 28), já que E. Huet acreditava que ser surdo não era impedimento para aprender.

Contudo, mesmo com a sua instalação, a influência do oralismo permanecia alocada em disciplinas ministradas no instituto, como Linguagem articulada e Leitura sobre os lábios. Diante de tantas possibilidades em fazer o oralismo ter força

4 Vários livros que relatam a história da educação de surdos no Brasil apresentam o nome do professor Huet com grafia de maneira errônea, encontramos nos registros Eduard Huet, Ernest Huet, Hernet Huet, uma vez que o mesmo sempre assinava de maneira abreviada, dessa forma utilizaremos E. Huet para nos referirmos a ele, conforme carta manuscrita contendo três páginas em língua francesa de E. Huet a D. Pedro II, disponível em: < <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/185/1/Relatorio%20Huet%20%281%29.pdf>>, acesso em 10 de fev.2020.

no instituto “ [...] em 1889 foi enviado ao governo um ofício mostrando os resultados: os alunos de linguagem articulada não haviam adquirido nenhuma instrução, e os alunos de linguagem escrita apresentaram notável adiantamento. ” (COSTA, 2010, p. 31).

O período do oralismo permaneceu ainda por anos e, somente em 1925 é que se começou a substituição da “mímica” como meio de comunicação com os surdos, além disso, a datilologia passou a ser utilizada com o alfabeto sendo representado nas mãos, “[...] dada a rapidez da *contaminação mímica* que fazia com que os surdos em poucas horas se comunicassem entre si por esse meio instintivo.” (COSTA, 2010, p. 35).

O fato de E. Huet ser estrangeiro, surdo e vir recomendado para a fundação do instituto, influenciou o modo educacional dos surdos, virando uma tendência internacional. Ainda, existiram outros “defensores da comunidade de surdos” que, segundo Strobel (2016, p.114) “raramente são citados aqueles que eram sujeitos surdos, como Berthier, Clerc, Huet, prevalecendo, na maioria, os ouvintes, como, por exemplo, L’Epée, Gallaudet, Sicard, Bonet e outros. ” Marcam-se os ouvintes e negam o povo surdo, demonstrando a discriminação para a cultura surda.

Mesmo diante do fracasso do oralismo, por volta de 1970, surge outra abordagem chamada de Comunicação Total,

[...] Embora se centralize ainda no desenvolvimento oral, é menos radical que o oralismo, ao permitir o uso de gestos, mímicas e outros recursos no ensino. Nessa filosofia, tudo vale para a comunicação. O lema dessa abordagem é: o uso de todos os recursos possíveis para o desenvolvimento da pessoa surda e conseqüentemente da oralidade. (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 214).

Essa abordagem demonstrava fragilidades, pois as interações ocorriam de modo artificial e limitada. Apesar de inúmeros recursos utilizados, os surdos não apresentavam avanços significativos, impedindo uma construção de sentidos e conceitos.

Contudo, conforme Gesser (2009), na década de 1960 a língua de sinais teve o seu status linguístico reconhecido por meio das pesquisas de William Stokoe, com a publicação do primeiro dicionário de Língua Americana de Sinais (ASL). Já no Brasil, destacam-se surdos e ouvintes pesquisadores na área da língua de sinais, como afirma Karin Strobel,

[...] citamos como exemplos os ouvintes Lucinda Ferreira Brito (1986), Ronice Quadros (1995, 2004), Tanya Felipe (2002) e Lodenir Karnopp (2004) e os surdos linguistas Ana Regina Campello (2007) e Shirley Vilhalva (2007), que proporcionaram a valorização da língua de sinais, dando-lhe *status* de uma língua legítima do povo surdo. (STROBEL, 2016, p. 55).

Além disso, foram iniciadas novas perspectivas educacionais na busca pelo respeito ao surdo na sua diferença e ao aprendizado da língua de sinais. De acordo com Perlin e Strobel (2006) ainda existem o Bilinguismo, a Pedagogia do Surdo e a Mediação Intercultural.

Nesse sentido, o bilinguismo deve ser destacado por ganhar espaço e se contrapor ao oralismo de maneira forte. Martins e Lisbão auxiliam a compreender sobre o bilinguismo, ao afirmarem que:

[...] corresponde à defesa da aprendizagem de duas línguas: a língua de sinais como primeira língua a ser adquirida pela criança surda o mais cedo possível; e a língua oral do país como segunda língua na modalidade escrita. Logo, a escola passou a ser vista como um espaço para a construção de conhecimentos culturais através da língua de sinais. (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 217).

Com o reconhecimento da língua dos surdos, a Libras - Língua Brasileira de Sinais foi assinada legalmente no ano de 2002 e regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, prevendo acessibilidade para esta minoria linguística.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O decreto ainda viabiliza o direito à educação bilíngue para os surdos, implementa a Libras no seu uso e difusão, além de tornar disciplina obrigatória em cursos de licenciatura, fonoaudiologia e formação de professores. Garante ainda, a presença do profissional tradutor intérprete de língua de sinais em espaços educacionais. De acordo com Costa (2010) a Libras confere especificidades ao surdo brasileiro promovendo um lugar social, de pertencimento, de patriotização.

OS ESTUDOS CULTURAIS E A SURDEZ ENQUANTO DIFERENÇA

Os estudos culturais têm se destacado desde a sua formação com as contribuições de Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward P. Thompson, trazendo a importância de argumentar, criticar, e ainda, clarificar o debate em assuntos cotidianos, a fim de apresentar novas transformações sociais. Segundo Johnson (2006) o movimento, a particularidade, a complexidade e o contexto são as principais preocupações dos estudos culturais.

Com isso, o caráter interdisciplinar dos estudos culturais ajuda a compreender como ocorrem essas mudanças de paradigmas, enquanto diferenças culturais frente aos sujeitos surdos. Pensar em sujeitos ignorados, subalternizados, excluídos e marginalizados, significa atentar-se para o fato de eles estarem buscando formas que “garanta voz a sujeitos que anteriormente não tiveram direito a voz” (PRYSTHON, 2001, p. 33). Significa ainda, contribuir para a visibilidade no tocante às suas experiências, de maneira que colabore para a formação social, civil e política enquanto sujeito, abrindo espaço para novas formas de conhecer o outro e de ser reconhecido.

Os surdos e a língua de sinais, por longos anos, sofreram discriminações e preconceitos, no que se refere à escolarização, vida social, vida religiosa e saúde. Nos

espaços em que se encontram surdos e ouvintes houve, ao longo da história, a ocorrência de situações em que o grupo subordinado se submete, e também resiste às visões da maioria ouvinte dominante. Como descreve as pesquisadoras surdas Perlin e Strobel:

Nós surdos sempre soubemos que o desmantelamento da obrigação de nos espelhar-mos na cultura ouvicêntrica nos tornaria diferentes, nos tornaria inevitavelmente possuidores de nossa identidade como surdos. Aí está nossa identidade, uma perigosa aventura de pensar do além, na diferença, construir nosso outro, nossa alteridade. (PERLIN; STROBEL, 2006, p. 44).

Uma das situações mais traumáticas, possível de serem elencadas sobre esse grupo é o processo de normalização com a “cura” da surdez. Como comenta Gesser (2012, p. 84) “[...] os surdos eram todos vistos como débeis mentais, criminosos, loucos, [...] os sinais eram tidos como formas obscenas e pecaminosas”. Diante dessa ideologia e reforçando a relação de poder e exclusão social, a grande maioria dos ouvintes não conhecia e nem necessitava conhecer a língua de sinais. Por isso, a Libras foi considerada por tantos anos como mímica, gestos, entre outras formas preconceituosamente consideradas menores no uso da comunicação.

Diante disso, após a legalização da Libras, a visibilidade nos processos comunicativo das comunidades surdas se tornou maior por todo o Brasil, pois, ao valorizar a Libras como um sistema social, estabeleceu-se um vínculo que “valoriza a diferença, estabelece uma espécie de valor positivo para sociedades culturalmente mais heterogêneas”. (PRYSTHON, 2001, p. 43).

Por sua vez, as línguas de sinais, passaram a ser “consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação [...], portanto, [...] não como um problema do surdo ou uma patologia da linguagem” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30). Desta forma é imprescindível a defesa da língua de sinais como instrumento que assegura aos seus usuários o direito a um mundo coletivo e social, entrelaçando as identidades e o seu pertencimento nas mais variadas culturas.

O conceito corriqueiramente utilizado para cultura é o de práticas simbólicas de um determinado grupo, como literatura, música, língua, dança, religião, teatro e vestuários, dentre outros. Segundo Geertz (2012) cultura seria uma teia de significações compartilhada por um grupo de humanos. Entende-se assim, cultura como os discursos proferidos a partir dos grupos em contato com a sociedade e seu conhecimento. Geertz (2012, p. 4) reverbera também que a “cultura ainda pode ser uma vertente para a criação de novas ideias, atos, emoções e valores”, a partir das ações do grupo que a cerca. Nesse sentido, é possível compreender a existência de uma cultura surda, advinda do compartilhamento da língua, da experiência visual, da tradução cultural, dentre outros meios que fundamentam a comunicação e as relações entre os sujeitos surdos e deles com os sujeitos não surdos.

Para o melhor entendimento do que seria a cultura surda, Strobel (2016, p.29), esclarece que ela também pode ser compreendida como “o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajus-

tando as suas percepções visuais". É importante destacar que a cultura surda se entrelaça aos que compartilham de um interesse comum, seja por normas, comportamentos e valores.

Portanto, a partir dos esclarecimentos de Strobel (2016), pode-se deduzir que a cultura surda é demonstrada nas ações que envolvem o seu modo de comunicar predominantemente visual, e por meio da língua de sinais. Ela também reconhece a luta do grupo e suas produções, como a literatura, poesia visual, teatro, uso das tecnologias, vida social e esportiva.

Com isso, a busca por espaços e por representatividade se faz mais forte. Hartog (2004, p.23), escreveu que "a fronteira se encontra no próprio movimento de fechamento e abertura, espaço entre dois, em que os viajantes-tradutores podem agir, para o melhor ou o pior". A analogia ao raciocínio do autor, induz ao entendimento de que os surdos podem ocupar diferentes espaços sociais, mesmo que ele não esteja encaixado dentro do sistema normativo, hegemônico, determinado pelos sujeitos ouvintes e considerado como padrão pela sociedade. Assim, em consonância a essa reflexão, Pesavento (2002, p.37) afirma:

Se a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica. [...] a fronteira como conceito possibilitador para se encontrar novos sujeitos, novas construções, novas percepções do mundo.

Dessa forma, vislumbra-se o rompimento de uma fronteira que se confronta na alteridade, na relação entre "nós" e os "outros" e vice-versa, na promoção do grupo social e de suas interações, trocas, ações, etc. A realidade atual aponta para uma nova era de produção do Outro, como afirma Skliar (2003, p. 41) "não se trata, já, de matá-lo, devorá-lo ou seduzi-lo, nem de enfrenta-lo ou rivalizar com ele, também não de amá-lo ou odiá-lo, agora primeiro, trata-se de produzi-lo". Pensando no surdo, na sua singularidade, sua visualidade.

PRODUÇÕES CULTURAIS DOS SUJEITOS VISUAIS

A partir das perspectivas pós-coloniais e dos discursos dos grupos minoritários presentes na sociedade, é possível perceber a voz dos sujeitos que deles fazem parte. Por isso, a construção de identidade dos sujeitos surdos se faz a partir do momento em que eles se tornam protagonistas de suas produções, de suas experiências, e também, na sua formação enquanto sujeito, reformulando a situação de agentes passivos, para agentes participantes, que segundo Brah (2006) pode ser entendido como:

O "eu" e o "nós" que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas, e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas. (BRAH, 2006, p. 361).

Essa modificação de estado dos sujeitos com relação à agência no sentido, conforme argumentado por Brah, começa a partir do momento em que eles mudam seus próprios pensamentos e de seus pares. Spivak (2010, p.41) cita que “a transformação da consciência” começa a partir do momento em que esses sujeitos discutem temas relacionados às suas experiências e buscam estratégias para construir narrativas coletivas, manifestando-se de forma cultural, por exemplo. Pode-se complementar esta ideia associando-a à fala de Jodelet (1989, p. 34):

Partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade. A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social. (apud FEIX, 2017, p. 5)

A identidade não é algo pronto, mas é um processo em constante transformação, que se constrói pela diferença, influenciada pela subjetividade, no modo em que o sujeito atua no mundo. Um conceito relacionado intrinsecamente ao de identidade é o da representação, uma visão consciente, presente na mente das pessoas ou de um grupo.

Os sujeitos surdos necessitam se expressar por meio de sua língua e seus direitos precisam ser respeitados, essa é uma condição *sine qua non*, tanto quanto para tantas outras minorias existentes na sociedade. Como cita Skliar (1999, p. 24) “[...] Dar lugar às narrativas surdas sobre a surdez constitui, dessa forma, um processo de desouvintização.”

Para Brah (2006, p. 337), “é importante que o Estado seja sensível à pluralidade de necessidades entre seus cidadãos. Mas precisamos estar atentos à maneira como as ‘necessidades’ são construídas e representadas em vários discursos”. Isso chama a atenção para o cuidado que o Estado deve ter em atendê-los de maneira heterogênea.

Em consonância, os modos de vida das pessoas são transformados cada vez mais pelas mídias e as tecnologias, promovendo um efeito acelerado, em respeito as relações pessoais. Para Sarlo (2016) a relação de ideologias transmitidas por essas tecnologias e meios de comunicação em massa atribuem representações e sentidos para suas significações, reforçando aspectos culturais que se encontram com os pensamentos e as ações dos sujeitos. “A esfera midiática introduziu inúmeras modificações na apresentação dos problemas que magnetizam a sociedade [...] alterou-se a relação entre os fatos que afetam a todos os cidadãos [...]” (SARLO, 2016, p. 123).

A comunicação conecta os significados entre os sujeitos, principalmente no caso dos sujeitos surdos, que necessitam serem vistos. O desenvolvimento de resistências para a comunicação e a acessibilidade com artefatos⁵ materiais da vida cotidiana, servem para mitigar as falhas ou mesmo as imposições da sociedade, conforme comenta Sarlo (2016):

5 Artefatos não se refere apenas a materialismos culturais, mas se refere àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo (Strobel, 2016).

[...] a democracia de opinião é invocada pelos meios audiovisuais que precisam dela como sustento, ao mesmo tempo que reproduzem suas condições de emergência, e ela é convocada como antídoto das falhas da democracia representativa e como socorro da opinião pública (SARLO, 2016, p. 124).

A linguagem transmitida nos meios audiovisuais apresenta formas rápidas e icônicas da comunicação, servindo como instrumentos de trocas culturais, de ampliação do léxico, tanto em língua portuguesa, como em Libras e de acesso às informações e comunicações, que auxiliam na construção dos sujeitos. Conforme reforça Strobel (2016):

Há artefatos culturais materiais resultantes das transformações da natureza pelo trabalho humano, e sua utilização é condicionada ao enleio do comportamento cultural dos povos surdos, que auxiliam na acessibilidade da vida cotidiana de sujeitos surdos. (Strobel, 2016, p. 94).

Assim, compreender que os meios, pelos quais os sujeitos se comunicam, são os espaços privilegiados cercados de cultura. A literatura, as histórias, as piadas, o teatro, também são formas expressar a cultura surda. Outro exemplo muito utilizado pelos surdos, são as redes sociais como *Facebook*, *Youtube*, *WhatsApp*, chats da internet, *ICOM*.

Além dos artefatos utilizados para a comunicação dos surdos, indaga-se como eles têm acesso nos espaços sociais comuns, como em congressos, faculdades, shows, teatros, bares, igrejas, cinemas, julgamentos, entre outros. Embora assegurado pelo Decreto nº 5.626/05, apenas alguns desses casos contam com a presença de tradutores intérpretes de Libras. Porém, quando não há essa disponibilidade de profissionais que atendam os direitos dos surdos, percebe-se uma enorme lacuna que que dificulta ao surdo o pleno exercício de sua cidadania. Almeida (2006) argumenta que a influência do hegemonismo ouvinte deixa os surdos sem condições de serem informados, instruídos e de se divertirem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo oportunizou esclarecer conceitos relacionados a fronteira, e ainda destacar a fronteira como um espaço cultural e social, onde sujeitos constroem suas relações e diferenças. Foi possível perceber ainda que o homem, neste caso surdo, é um ser de relações intersubjetivas, sociais e históricas, construído e influenciado pela sua trajetória histórico-cultural, mas não incapaz de desenvolver seus próprios discursos. Pode-se ainda, esclarecer conceitos no tocante à normalidade desses sujeitos, percebendo que, ao longo dos anos, os sujeitos surdos, diante da subalternização imposta pelos ouvintes, criaram maneiras de poderem ser vistos e ouvidos pela sociedade nas diferentes partes do mundo.

Também foi proposto um debate a partir das teorias baseadas nos Estudos culturais e na compreensão da diferença surda, visto que os surdos entendem, modificam e tornam acessível o mundo a partir de suas percepções visuais atreladas a cultura surda, que se dá por meio da língua de sinais.

Por fim, foram apresentadas formas de comunicação dos sujeitos visuais, enquanto produtores de cultura. Visto que, os avanços legais e tecnológicos proporcionaram aos surdos a difusão e o uso da Libras no Brasil, oportunizando uma aproximação maior com seus pares, ampliando o acesso às informações que, de modo mais rápido, criou uma maior autonomia e participação social.

No entanto, o reconhecimento das necessidades comunicacionais dos surdos ainda é algo que apresenta barreiras, uma vez que, por trás de todos os contextos envolventes, ainda existem interesses sociais e econômicos que freiam as políticas públicas no atendimento dos direitos e das necessidades do acesso à cultura para os surdos. Diante disso, é importante ressaltar que não se procurou esgotar as possibilidades de discussões sobre a temática, esperando ter contribuído para fomentar novas pesquisas e que novas proposições teóricas sejam discutidas a posteriori.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. G. A televisão e a comunidade surda: um olhar sobre as diferenças. *Comunicação & Informação*, v. 9, n.1, p. 53-61, 2006.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*. n° 26, p. 329-376. 2006.

BRASIL. Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõem sobre a língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 Dez. 2019.

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2001 e o artigo 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 20 Dez. 2019.

COSTA, J. P. B. *A Educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade*. 1. ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2010.

FEIX, I. Representações sociais, memória e cultura: a sociedade de consumo e seus estilos de vida imaginados. In: *XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2017, Curitiba. 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO UNIVERDIDADE POSITIVO - UP - Curitiba - PR, 2017.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____, A. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras*. I. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

- HARTOG, F. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais?. In. da SILVA, T. T. (org). *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- LOPES, E. B. Afetos de uma ilha de resistência ao poder do sistema-mundo. In. GOMES, A. R., MENEZES, M. A. de & GONZÁLEZ, Jose Marín. *Novas epistemologia e narrativas contemporâneas*. Campo Grande: Life Editora, 2017.
- MARTIN, A. R. *Fronteiras e Nações*. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- MARTINS, V. R; de O., LISBÃO, S. L. Libras no contexto educacional. In. Lacerda, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (Org.); MARTINS, V. R. O. (Org.). *Libras: Aspectos Fundamentais*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.
- PERLIN, G; STROBEL, K. *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: Maria Helena Martins. (Org.). *Fronteiras Culturais*. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.
- PRYSTHON, A. Mapeando o pós-colonialismo e os estudos culturais na América Latina. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 10, 2001.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
- SARLO, B. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 2016.
- SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade*, v. 24, n. 2, p. 15-32, 1999.
- _____, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". *Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos*, n. 5, 37-49, 2003.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SOUZA, M. J. (2014). Fronteiras Simbólicas – Espaço de Hibridismo Cultural, Uma Leitura De Dois Irmãos, De Milton Hatoum. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, 2014.
- STROBEL, K. *História da educação de surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- _____, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.